



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**VIVIANE ATAÍDE DE LIMA SANTOS**

**O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E SUAS INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO**

**CAMPINA GRANDE-PB  
JULHO/2018**

**VIVIANE ATAÍDE DE LIMA SANTOS**

**O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E SUAS INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Margareth Maria de Melo

**CAMPINA GRANDE-PB  
JULHO/2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237m Santos, Viviane Ataide de Lima.

O movimento negro no Brasil e suas influências na educação [manuscrito] / Viviane Ataide de Lima Santos. - 2018.

30 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Margareth Maria de Melo, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Movimento negro. 2. Educação do negro. 3. Cultura africana. 4. Cultura afro-brasileira. I. Título

21. ed. CDD 370

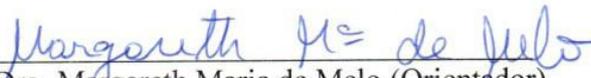
VIVIANE ATAÍDE DE LIMA SANTOS

O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E SUAS INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 01/08/2018.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Margareth Maria de Melo (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Ma. Rozeane Albuquerque Lima  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A toda a minha família, pelo suporte, amor e  
companheirismo, DEDICO.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.” Nelson Mandela

## SUMÁRIO

|   |   |           |
|---|---|-----------|
| 1 | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                   | <b>11</b> |
| 2 | <b>A história do Movimento Negro no Brasil.....</b>       | <b>12</b> |
| 3 | <b>As influências do Movimento Negro na educação.....</b> | <b>22</b> |
| 4 | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                          | <b>27</b> |
| 5 | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                  | <b>29</b> |

# **O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E SUAS INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO**

Viviane Ataíde de Lima Santos

## **RESUMO**

O presente artigo é uma pesquisa bibliográfica que aborda acerca das contribuições feitas pelo Movimento Negro, ao longo da história, por meio de sua luta e resistência para que o povo negro pudesse de fato alcançar sua dignidade e direitos como cidadãos brasileiros, sobretudo no que diz respeito à educação. O objetivo geral é investigar e discutir sobre o Movimento Negro no Brasil e sua contribuição para a educação do negro. Os objetivos específicos são: conhecer a história do Movimento Negro no Brasil e avaliar as influências desse Movimento no âmbito da educação. Durante nossa discussão, dialogamos com as leis referentes à temática e com autores como Albuquerque e Fraga Filho (2006), Gomes (2013), Domingues (2007), Silva (2010), dentre outros. Em nosso país o povo negro já experimentou o gosto amargo da escravidão. Porém, em meio a resistência, conseguiram conquistar e garantir os seus direitos, embora uma grande jornada ainda precise ser percorrida. O Movimento Negro no âmbito da educação obteve avanços com a lei 10.639/2003, que trata do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, podemos ver também a necessidade de maior investimento na formação inicial e continuada para que ocorram mudanças no cotidiano escolar. Mesmo com avanços e conquistas ao longo da história, entendemos que muito ainda precisa ser feito. A lei está fazendo 15 anos e nos desafia a trabalhar de forma que ela seja mais conhecida, divulgada e discutida, tanto nos cursos de formação docente, na formação inicial, como junto aos professores que já estão em serviço, na formação continuada, favorecendo que novos projetos sejam desenvolvidos nas escolas. E para isso, a educação apresenta-se como um importante veículo para educar de forma antirracista essa nova geração.

**Palavras- Chave:** Movimento Negro. Educação. Racismo.

# THE BLACK MOVEMENT IN BRAZIL AND ITS INFLUENCES IN EDUCATION

Viviane Ataíde de Lima Santos

## ABSTRACT

This article is a bibliographical research that deals with the contributions of Black Movement throughout history through its struggle and resistance so that the black people could in fact achieve their dignity and rights as Brazilian citizens, especially in what concerns respect to education. The general objective is investigate and discuss the Black Movement in Brazil and its contribution to the education of the Negro. The specific objectives are: know the history of the Black Movement in Brazil and evaluate the influence of this movement in the field of education. During our discussion, we dialogued with the laws regarding the subject and with authors such as Albuquerque and Fraga Filho (2006), Gomes (2013), Domingues (2007), Silva (2010), among others. In our country black people have already experienced the bitter taste of slavery. However, in the midst of resistance, they managed to win and guarantee their rights, although a great journey still needs to be covered. The Black Movement in the field of education has made progress with Law 10.639/2003, which deals with the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture, we can also see the need for greater investment in initial and continuous training in order to make changes in school daily life. Even with advances and achievements throughout history, we understand that much still needs to be done. The law is 15 years old and challenges us to work in a way that is better known, disseminated and discussed, both in teacher training courses, in initial training, and in teachers already in service, in continuing education, favoring new projects to be developed in schools. And for this, education presents itself as an important vehicle for antiracist education in this new generation.

**Keywords:** Black Movement. Education. Racism.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo parte da inquietude de conhecer, até que ponto o Movimento Negro no Brasil influenciou na educação. A escolha de trabalhar acerca dessa temática, surgiu da grande necessidade de compreender o quanto o Movimento Negro foi e é importante para o antirracismo em nosso país, principalmente, no que diz respeito a igualdade de direitos e condições do negro no âmbito da educação, em suas mais diversas áreas, bem como, para o desenvolvimento de uma consciência negra na população brasileira, começando no cotidiano das salas de aulas das escolas, sejam elas públicas ou privadas.

Ao observarmos a sociedade brasileira atual, ainda é possível vermos ou mesmo presenciarmos situações que envolvem o racismo e o quanto o negro ainda sofre com as cicatrizes que a história deixou. Um legado de exclusão e desigualdade que vem a ser ainda mais evidente no âmbito da educação, com cada direito não alcançado, ou cada oportunidade não conquistada.

No dia a dia das escolas pelas quais passamos, podemos perceber a urgência de se desenvolver um trabalho com toda a comunidade escolar, isto é, que alcance desde a gestão, até a família do alunado. Parece que o racismo e a ideia negativa do negro estão bastante enraizados nas pessoas, e a escola acaba tornando-se esse aparelho de reprodução do racismo. Em contrapartida, também é possível ver, o quanto já avançamos, pela nossa luta e determinação em fazer da escola um lugar que transforma pessoas mais sensíveis com a causa do combate ao racismo, gerando uma consciência negra, em que crianças e professores negros sentem-se agora protagonistas e escritores de sua própria história.

Na universidade, através das aulas do componente de Diversidade, Inclusão Social e Educação e do componente Ensino de História, percebemos a necessidade de conhecer sobre o movimento negro e a história de resistência do povo negro, então, resolvemos fazer esse estudo para contribuir melhor na prática docente.

O estudo dessa temática é de fundamental importância para a nossa formação, uma vez que atuaremos como educadores e formadores de cidadãos brasileiros, que necessitam mais do que nunca, de conhecer e valorizar sua história, escrita, principalmente, por mãos negras, numa jornada de escravidão, resistência e vitória, que até hoje tem sido cada vez mais conquistada.

Para esse estudo realizamos uma pesquisa bibliográfica, em que buscamos os documentos que tratam sobre a temática e dialogamos com autores como Albuquerque e Fraga Filho (2006), Gomes (2013), Domingues (2007), Silva (2010), dentre outros.

Estabelecemos como o objetivo geral investigar e discutir sobre o Movimento Negro no Brasil e sua contribuição para a educação do negro. Os objetivos específicos são: conhecer a história do Movimento Negro no Brasil e avaliar as influências desse Movimento no âmbito da educação.

O presente trabalho encontra-se estruturado em dois eixos temáticos. Inicialmente, abordaremos, a história da trajetória do Movimento Negro no Brasil, seus desafios e conquistas ao longo do tempo. Em seguida, mostraremos o quanto o Movimento Negro no Brasil implicou de forma positiva, contribuindo para a educação do negro, conquistando direitos outrora não garantidos.

## **2 A HISTÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL**

Antes de iniciarmos a nossa discussão sobre a história do Movimento Negro no Brasil, é preciso observar algumas considerações acerca do conceito de movimentos sociais, nos quais o Movimento Negro vem a ser um dos mais importantes na sociedade brasileira ao longo do tempo. Melucci (1989) procura oferecer uma definição para movimentos sociais, considerando-os como uma forma de conflito que afeta o modo de produção ou o cotidiano de pessoas determinadas. Melucci (1989) também descarta que os movimentos sejam apenas ações motivadas por uma orientação econômica, calculada em termos de custos e benefícios. Em suas palavras, “eles também estão buscando solidariedade e identidade, que diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados.” (MELUCCI, 1989, p. 53). Feito isso, Melucci (1989, p. 57) apresenta o conceito de movimentos sociais:

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados de outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com <movimentos> e <protesto> (Destaque do autor).

O Movimento Negro, em particular, destaca-se na história do Brasil como sendo um importante movimento social que possivelmente ajudaria no destino de milhares de negros

e negras e de seus descendentes nesse país. Uma vez que cada conquista do povo afro-brasileiro foi e tem sido fruto de suas próprias lutas.

O Brasil é o país que contém a maior quantidade de negros fora do continente africano, sendo também o país das Américas que mais utilizou a mão-de-obra escrava negra e o que manteve a escravidão por mais tempo (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006). A história do negro no Brasil é bastante conturbada, sendo marcada por escravidão, exclusão e discriminação.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), foram trazidos para o Brasil cerca de 4 milhões de africanos durante mais de três séculos de escravidão, situação em que Portugal foi o primeiro país da Europa a realizar o comércio de escravos africanos. Isso foi possível porque os portugueses, ao longo do século XV e XVI, dominaram muitas regiões no litoral da África, e assim começaram a fazer tráfico de negros então escravos através do Atlântico. O tráfico negreiro era um comércio que unia interesses na Europa e na América e, devido a esta prática, milhões de africanos foram violentamente arrancados da África e transformados em escravos. Famílias e tribos eram sequestradas e separadas, filhos de suas mães, maridos de suas esposas, povos que outrora gozavam de paz e liberdade, encontram-se então acorrentados por grilhões de ferro (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006).

Ainda consoante, Albuquerque e Fraga Filho (2006), as viagens nos navios aconteciam da pior maneira possível, ali toda a dignidade humana era retirada dos escravos, que eram obrigados a passarem fome, nudez, frio, sede e uma série de situações que levavam muitos deles à morte. As navegações para transportar escravos africanos podiam durar meses, e escravos mais idosos, mulheres e as crianças nem sempre conseguiam resistir a tamanho sofrimento.

Após a longa travessia oceânica, os africanos desembarcavam nos portos do Brasil. Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís eram os grandes portos importadores e redistribuidores de escravos para diversas regiões da colônia. No século XVII, Salvador e Recife se firmaram como os grandes centros distribuidores dos africanos que desembarcavam na colônia. Daqueles centros, os africanos seguiam para o norte, para o Maranhão, Pará, Rio Amazonas e para o Mato Grosso. No final do século XVII e começos do XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes nas Minas Gerais, o Rio de Janeiro passou a dominar a distribuição do grande volume de escravos destinados às minas. Mas também de Salvador muitos escravos seguiam a pé até a região mineira. No século XVIII, Belém e São Luís tornaram-se centros importantes de venda de africanos para toda a região amazônica. Muitos dos africanos desembarcados em Belém eram trazidos diretamente da África, mas, no início do século XIX, muitos outros vinham do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Ceará. De Belém os cativos marchavam por terra ou eram conduzidos por barcos para as regiões mais interiores da Amazônia (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006, p.52-53).

É possível percebermos o quanto o povo negro traficado era submetido a situações desumanas, sendo vistos como de fato uma mercadoria a ser negociada, nunca com a dignidade de seres humanos. Sequestrados de sua terra, onde possuíam riquezas, famílias, e tinham um lugar para chamar de seu, bem como a vida em liberdade, agora não mais a possui. Na condição de escravos, eram obrigados a sobreviverem nos grilhões da servidão.

Conforme Albuquerque e Fraga Filho (2006), era cruel o destino dos africanos que sobreviviam à viagem no navio negreiro. Pouco tempo depois, já estavam trabalhando para os seus novos proprietários nos engenhos de açúcar, nas plantações, na mineração, nos serviços domésticos ou nas cidades. As jornadas de trabalho podiam chegar a 15 horas por dia, a alimentação era de má qualidade e as condições de higiene eram as piores possíveis. A maioria dos escravos morria depois de cinco a dez anos de trabalho. Os castigos aplicados aos escravos considerados desobedientes ou “fujões” eram praticados com requintes de crueldade, situação em que essas pessoas eram friamente assassinadas, queimadas, açoitadas publicamente para que outros escravos tomassem como exemplo e viessem cada vez mais temer os seus senhores, bem como, a então supremacia branca (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006).

Porém, as pessoas negras não ficaram passivas frente a essas situações impostas, elas lutaram e resistiram arduamente desde o momento da escravidão. O suicídio, o aborto, o comportamento inadequado na hora do trabalho, dificultando a realização do mesmo, eram ações individuais que representavam a resistência ao regime escravista. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), diante de tamanha injustiça em que o povo negro encontrava-se com sua dignidade humana arrancada pela violência da escravidão, eles começaram a ter certa resistência, que se inicia por atos pessoais de alguns negros, sobretudo nas fazendas e engenhos, lugares onde o sofrimento era gritante. Muitos escravos se suicidavam, como forma de acabarem com o seu sofrimento, bem como causarem prejuízos financeiros aos seus senhores, escravas chegavam a abortar suas crianças para que não pudessem nascer naquela situação, engenhos eram incendiados e plantações eram colocadas a perder para que os donos não obtivessem lucros. Mais tarde começaram a haver fugas organizadas.

Mas o escravo que fugia nem sempre retornava ao cativo. Em todo lugar a liberdade era a principal aspiração de quem vivia a triste experiência de ser escravizado. Ver-se livre, isento do controle e da subordinação a qualquer senhor foi o principal objetivo de muitos homens e mulheres que, sozinhos ou em grupo, resolviam escapar da escravidão. Fugir era perigoso, difícil e, geralmente, dependia da solidariedade de outros escravos, libertos e livres. Era preciso alguém que pudesse facilitar a fuga, fornecer abrigo, alimentação e trabalho para não levantar suspeitas. Os escravos podiam buscar refúgio em fazendas, povoados e cidades, onde podiam

misturar-se aos negros livres e libertos, mas também recorriam aos quilombos (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006, p. 118).

Com as formações dos quilombos, as fugas dos escravos em busca de sua liberdade, passaram a ficar cada vez mais frequentes, uma vez que agora, eles poderiam afugentar-se com um destino certo e contando com a solidariedade das pessoas negras livres que formavam uma rede de ajuda, de solidariedade. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), os quilombos eram agrupamentos exclusivamente para negros e ficavam em locais de difícil acesso, com o intuito de que não pudessem ser encontrados. Nesse sentido, destacamos o quilombo de Palmares, uma comunidade que abrangia a Serra da Barriga, um terreno acidentado rodeado por uma mata tropical, e que possuía um ecossistema bastante rico que facilitava ainda mais a vida no agrupamento, sendo referência no que diz respeito às estratégias de guerrilha e sua resistência em situações de confronto.

Conforme explica Albuquerque e Fraga Filho (2006), a resistência dos negros passa a tomar formas cada vez mais organizadas, uma vez que os quilombos continuam a serem formados com mais pessoas buscando sua liberdade, bem como as ideias de revoltas que começam a surgir entre os grupos, pois não bastava que eles vivessem suas vidas fugindo sem pertencer a lugar algum e sem lugar algum lhes pertencer. Os escravos entenderam que necessitavam de fato se unirem em prol de revoltas, para que a sociedade viesse a ouvir mais alto seu grito de luta.

Em conformidade com Albuquerque e Fraga Filho (2006), durante o período das revoltas, só na Bahia foram mais de 30 revoltas até 1835, sendo a mais conhecida a Revolta dos Malês. Em Minas Gerais também ficou conhecida a rebelião de Carrancas, ocorrida em 1833, no contexto da instabilidade política do Período Regencial. Em 1838 houve, no Rio de Janeiro, a revolta de Manoel Congo, ocorrida no município de Vassouras. Entre 1839 e 1842, a Balaiada no Maranhão também levou preocupação à elite, principalmente pelo grupo de escravos liderados por Cosme Bento das Chagas, que se juntou aos balaios, mas que acabou derrotado e executado (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006).

Ainda neste contexto, segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), após as revoltas e lutas ocorridas neste período, alguns negros começam a conseguir, finalmente, suas cartas de alforrias, que em sua maioria eram compradas. De fato, estes escravos foram libertos. Porém, encontravam-se ainda cativos pelos grilhões da sociedade racista e, principalmente, pela falta de igualdade de condições e de oportunidades. Conforme podemos observar na citação a seguir que:

Em 21 de janeiro de 1882, na cidade de Porto Alegre, policiais invadiram uma venda para desfazer o que chamaram de “ajuntamento de pretos”. Ordenado a abandonar a venda, o liberto Manoel José reagiu dizendo que “era um homem livre e que só iria quando bem quisesse”. Irritado, o subdelegado ordenou que “metesse o laço no negro”, uma expressão bastante usada naquela localidade quando se referia à prisão de escravos. O liberto reagiu à prisão porque achou inaceitável ser tolhido em seu direito de frequentar livremente os espaços públicos e ser tratado como cativo. Por diversas formas, os libertos buscavam distanciar-se da antiga condição escrava. Muitas vezes, isso era feito através da especialização profissional, principalmente aprendendo profissões mais valorizadas no espaço urbano – pedreiros, alfaiates, carpinteiros, barbeiros e músicos (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006, p.156).

Na condição de pessoas livres, alguns negros aspiravam por igualdade de direitos, afinal, já não mais serviam como escravos. Ainda assim, parece que as autoridades da época não conseguiam compreender a pessoa negra como já não sendo escrava, pensando possivelmente, terem o direito de reprimi-las, mesmo quando reclamam seus direitos como homens livres.

Consoante Albuquerque e Fraga Filho (2006), as leis daquela época contribuíram para a decadência da escravatura mesmo antes da Lei Áurea entrar em vigor, como a Eusébio de Queiróz, que proibiu o tráfico de escravos africanos para o Brasil, impossibilitando a renovação da mão de obra, que já estava lutando para se libertar. Cresceu o número de escravos que juntavam dinheiro e compravam a própria alforria; outros fugiam para quilombos. Os chamados escravos de ganho, descritos por Albuquerque e Fraga Filho (2006), tinham autorização para trabalhar com a condição de pagar aos senhores metade de tudo que obtinham. Com o dinheiro, eles compravam a própria liberdade e a de membros da família. Em 1871, foi proclamada a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de escravas nascidos depois da lei que determinava que o senhor cuidasse dos filhos de mães escravas até os oito anos de idade, quando estes deveriam ser entregues ao Império, que pagaria uma indenização ao senhor (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006). Qual seria de fato o destino dessas crianças longe de suas mães e de seus familiares, parece que os senhores estavam livrando-se de suas responsabilidades de manter aquelas pessoas. A Lei dos sexagenários, libertava os escravos idosos da servidão. Porém, qual seria o destino desses idosos? Iriam gozar de plena liberdade e paz pelos dias que lhes restassem de vida? Parece que a liberdade já não seria tão bem vinda, uma vez que, possivelmente, seus senhores não estariam libertando-lhes, mas, novamente, livrando-se da responsabilidade de mantê-los em suas propriedades (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006).

Ainda consoante Albuquerque e Fraga Filho (2006), com o crescimento do movimento abolicionista, em 1880, alguns segmentos aderiram à causa, como os intelectuais e

os negros livres, que, nessa época, já eram uma parcela significativa da população. O Brasil foi o último país do mundo a abandonar o sistema da escravidão, finalmente, a notícia da abolição da escravatura, foi dada as cidades brasileiras em 13 de maio de 1888 que repercutiu nos grandes centros.

As lutas dos negros contra a escravidão deixam claro que a abolição não foi um presente de princesa, pois a resistência dos negros já havia tornado muitos africanos livres das amarras do trabalho escravo através das fugas e do próprio desgaste do sistema escravista. Vale ressaltar também que as mudanças do século XIX, como a formação de um imperialismo, que buscavam outros modos de exploração contribuíram para o fim da escravidão. Contudo, a abolição da escravidão no Brasil não foi capaz de eliminar a violência e o racismo contra os negros (FREITAS, 2012, p.118-119).

Mas quanto tempo levou para que pequenas propriedades chegassem a saber da nova lei? Não deve ter sido um processo tão rápido assim. E depois de libertos, possivelmente alguns ex-escravos permaneceram com seus antigos senhores por não terem para onde ir, uma vez que a libertação não lhes deu cidadania, porque se tornaram reféns da falta de trabalho e de moradia. Já não eram mais escravos, porém uma semente profundamente plantada na sociedade brasileira chamada racismo, negou aos negros então livres, condições para uma vida social digna. Como não foram estabelecidas políticas para essas pessoas encontrarem novas moradias, novos trabalhos, restou à competição desigual com os brancos para se inserirem na sociedade (MENESES, 2009).

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), as Teorias Raciais no Brasil, serviram para justificar a escravização do negro, isto é, situação em que os racistas utilizam-se até da “ciência” para comprovarem para a sociedade que o negro era uma “raça” inferior por sua biologia natural.

O estatuto de pureza do sangue limitava o acesso de determinados grupos sociais, como ciganos, indígenas, negros e mulatos a cargos públicos, eclesiásticos e a certas irmandades religiosas, assim como à titulação de barão e conde. Desse modo eram garantidos os privilégios da nobreza européia formada por cristãos velhos. Era, portanto, a religião e o nascimento que justificavam as desigualdades sociais. Ao longo do século XIX, a discriminação fundamentada na religião e na descendência foi perdendo terreno, e os critérios de diferenciação racial ganharam o sentido moderno, “científico”, que o termo raça passou a incorporar. As teorias raciais foram inventadas no século XIX na Europa e nos Estados Unidos para explicar as origens e características de grupos humanos. Essas teorias tiveram grande aceitação no Brasil entre 1870 e 1930 (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006, p.204).

Ao vermos as afirmações históricas, é possível percebermos que esse foi um período bastante difícil para qualquer articulação do povo negro em busca de um movimento

organizado, pois, embora seus opressores já não pudessem mais mantê-los em grilhões, agora poderiam utilizar-se de sua influência “intelectual”, algo que o negro “não possuía”, pois para os opressores, eles não eram naturalmente capazes, isto é, se valeram de teorias falsas que inferiorizavam o negro.

Conforme Albuquerque e Fraga Filho (2006), com base nas Teorias Raciais da época, buscando executar um plano de branqueamento da população brasileira, que estava num processo de miscigenação, entre brancos, índios e negros, começa-se a adentrarem ao país grandes demandas imigratórias oriundas da Europa, a fim de trabalharem nas grandes plantações nas regiões produtoras, principalmente de café. O intuito era que o plano para o branqueamento, pudesse trazer um progresso para o país, nascendo então gerações cada vez mais brancas e de sangue “puro”, o DNA das pessoas deveria ser “limpo” do sangue negro, então considerado de “impuro” e inferior.

Possivelmente, a população negra do país já sofria bastante, sobretudo com a pobreza extrema e o desemprego, todavia, os negros poderiam ajudar uns aos outros de diversas formas, bem como, articulando-se cada vez mais para solidificar sua resistência, agora organizando o movimento que consoante Albuquerque e Fraga Filho (2006), terá o seu marco inicial de cunho cultural.

Em harmonia com Albuquerque e Fraga Filho (2006), no início do século XX se destacou o trabalho da Imprensa Negra, que tinha o objetivo de orientar os negros para inserção na sociedade, conscientizando de seus direitos e denunciando todas as formas de racismo e de discriminação sofrida pela população. Quase tão velha quanto a Imprensa comum, a Imprensa Negra existia, desde 1833, e tem como pedra fundamental, o surgimento do jornal “O Homem de Cor”. A criação de uma Imprensa Negra foi o que podemos chamar de “golpe de mestre”, uma vez que a Imprensa é fundamental para a construção das narrativas do cotidiano. Em grande parte, é através da Imprensa, que conhecemos nosso mundo, adquirimos informações sobre nossa sociedade, sobre os acontecimentos políticos, sobre o que consumir, como agir e sobre o que esperar do futuro.

Ainda conforme Albuquerque e Fraga Filho (2006), nos anos de 1930, foi criado a Frente Negra Brasileira (FNB), que desenvolvia diversos trabalhos de apoio as famílias negras, desde obras assistencialistas, e principalmente educativas, uma vez que a escola ainda não era para todos, e os negros não tinham direito a mesma educação recebida pelos brancos. Assim sendo, a FNB, contribuiu de forma bastante significativa, criando até uma escola, com certa estrutura pedagógica, para que as crianças pudessem então ter acesso ao ensino.

Chegaram então a propor a organização de um partido político, mas com o golpe de Getúlio Vargas, ela foi extinta.

Consoante Albuquerque e Fraga Filho (2006), nos anos de 1940, é fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre a União dos Homens de Cor, uma associação bastante influente que tinha como principal atuação defender os interesses dos negros. Em cinco anos de atividade já se espalhara por mais onze estados da Federação. Entre seus objetivos estava elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades.

Com a retomada da democracia em meados da década de 1940 surge o Teatro Experimental Negro (TEN), que promoverá diversas ações de conscientização através da arte e de um jornal chamado “Quilombo” (MELO, 2012). Não apenas nessa época, mas no decorrer da história do nosso país, podemos perceber o quanto as artes, principalmente, o teatro e a música, foram capazes de formar mentalidades, comportamentos e opiniões, e por que não dizer, a educação das pessoas? A estratégia usada pelo Movimento Negro, de utilizar-se das artes para influenciar e solidificar ainda mais afirmando sua luta, foi de suma importância para o alcance de muitas conquistas. O TEN, segundo Silva (2010), cujo foco seria a arte e a educação, buscou um caminho para que a inclusão do negro na escola fosse possível. Aqui já é visível a presença de atrizes e atores negros apresentando-se na arte dramática brasileira, passando para as pessoas uma mensagem de luta e de inconformidade com a realidade que havia. Através da arte musical, o negro também pôde nesse período exaltar sua cultura, expressa por vários grupos, como o samba promovido pela comunidade negra.

Segundo Melo (2012) houve o interesse das elites brasileiras de incutir na população a miscigenação, essa união inter-racial gerou a ideia de uma democracia racial e favorecia o embranquecimento não só da pele, mas do jeito de ser, isto é, procurava velar o racismo. Conforme Melo (2012), a imagem do país como democracia racial incorporava no mundo entre os anos de 1940 e 1950, de forma que a UNESCO resolveu financiar um projeto que gerou várias pesquisas sobre a realidade do negro no país. Os dados das referidas pesquisas mostraram que o negro estava nos piores lugares da sociedade e uma densa bibliografia foi produzida desvelando o mito da democracia racial. No entanto, o regime militar que se instalou no país dificultou a divulgação desse mito, visto que, para os militares o tema raça era uma questão de segurança nacional (MELO, 2012).

Consoante Albuquerque e Fraga Filho (2006), nas décadas de 60 e 70, aconteceram fatos importantíssimos para as conquistas do Movimento, não apenas no Brasil, mas no exterior, como nos Estados Unidos, por exemplo, que por sua vez, também utilizavam-se, principalmente, de expoentes musicais, como James Brown, a fim de transmitirem sua mensagem de luta para uma população fortemente racista que era a norte-americana. Podemos observar nesse período momentos de grandes transformações culturais, políticas e comportamentais em várias partes do mundo. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), foram os anos dos movimentos estudantis e feministas na Europa, bem como da luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, das guerras de independência de países africanos, da guerra do Vietnã, dos movimentos guerrilheiros na América Latina. No que diz respeito ao Brasil, as pessoas viviam tempos difíceis e repressivos da ditadura militar. A repressão chegaria aos negros e seus aliados. A existência de racismo foi duramente rejeitada pelo governo, propagando que no Brasil existia uma harmonia racial. Em decorrência da repressão, algumas organizações negras tiveram que se transformar em entidades culturais e de lazer. Ainda consoante Albuquerque e Fraga Filho, em 1969, na cidade de São Paulo, um grupo de intelectuais fundou o Centro de Cultura e Arte Negra no bairro do Bexiga, nos anos 70, novos grupos de teatro, música e dança organizaram-se em várias cidades brasileiras. Esse movimento cultural foi bastante importante na formação de grupos de afro-brasileiros cada vez mais preocupados com a cultura e a história dos negros no Brasil e em outros lugares do mundo.

Conforme com Albuquerque e Fraga Filho (2006), seguindo o processo organizativo do Movimento Negro, surge também na década de 70, uma manifestação de cunho cultural, um bloco afro no carnaval de Salvador, o ILÊ AIYÊ, que consoante Silva (2010), foi criado em 1974, com o objetivo de incentivar a valorização da pessoa e da cultura negra. O fato de se buscar desenvolver nas pessoas o sentimento de se apreciar e não deprecar a imagem do negro, foi de suma importância para a afirmação do Movimento Negro.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), quatro anos após, o movimento articulou-se e cria então o Movimento Negro Unificado (MNU), que posteriormente será adotado também por outros países. Uma das conquistas importantes deste movimento foi a inclusão do dia vinte de novembro, como sendo até os dias atuais, o Dia da Consciência Negra. O Movimento Negro passa a tomar proporções cada vez maiores, alcançando de forma significativa o âmbito da educação, com a militância acadêmica, os jovens e intelectuais das universidades brasileiras, levantam-se em reivindicações e mobilizações que propiciaram

seminários, debates e até congressos com a temática do racismo e da afirmação negra (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006).

Em 20 de novembro de 1995, marcando os 300 anos da morte do herói palmarino, foi realizada a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela cidadania e pela vida, com representação de movimentos sociais do país, denunciando o racismo como uma das principais causas de exclusão dos negros na sociedade brasileira e exigindo, através de documentos, entregues ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, ações do governo no combate ao racismo (SILVA, 2010, p. 134).

Consoante Albuquerque e Fraga Filho, (2006), a partir de 1964 se evidenciou um cenário político-militar com a pregação da ideologia do mito da democracia racial, perspectiva que fora combatida ferrenhamente pelas organizações dos Movimentos Negros no auge da ditadura militar e em pleno regime de exceção, esses movimentos das décadas de 1970 e 1980, ao colocarem em suas agendas as denúncias de racismo institucional, de racismo à moda brasileira e da farsa da democracia racial, demarcaram um campo de força política imprescindível na conquista por direitos civis, políticos e materiais.

Conforme Domingues (2007), apesar do período de repressão militar, surgiu em São Paulo, no final dos anos de 1970, o Movimento Negro Unificado (MNU) contra o Racismo – uma reação à ideologia dos militares que apregoavam e sustentavam a existência da democracia racial no Brasil. Segundo Domingues (2009), o MNU seria uma organização, com o formato de partido político, porém atuando sempre como movimento social. A organização ocupava-se de levantar bandeiras como a da mulher negra, ocasião em que elas encontravam um espaço para discutir e reivindicar os seus interesses. Esta organização de caráter nacional elege a educação e o trabalho como duas importantes pautas na luta contra o racismo. O MNU participou ativamente da luta pela democratização do país, da elaboração da constituição de 1988 e com a entrada de alguns militantes na academia, foram formados grupos de pesquisa sobre a temática étnico-racial o que favoreceu a formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil.

No final da década de 1980, foi inequívoco o avanço dos Movimentos Negros Unificado (MNU) em seu projeto político de denúncia do racismo institucional. Tendo em vista a inegável contribuição desses segmentos que, com suas diferentes correntes e tendências, vêm contribuindo na construção de políticas afirmativas de valorização da população negra (DOMINGUES, 2007).

Em 1988 é então promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. Tal documento zela pela igualdade de direitos entre todos os cidadãos brasileiros sem distinção, uma vez que afirma que todos são iguais perante a lei. No artigo quinto, no quadragésimo segundo parágrafo, o documento diz também que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" (BRASIL, 1988, p. 15). De fato, a luta do Movimento Negro conquistou de forma árdua a inserção dos seus direitos na Constituição brasileira. Foi a primeira vez que as autoridades brasileiras reconhecem a existência do racismo no país. Desde então, não se pode fingir por parte das autoridades a inexistência do racismo, mas a afirmação de que o mesmo era real no cotidiano das pessoas e que deveria ser combatido e punido na forma da lei.

Na atualidade, alguns avanços foram significativos. Após a Marcha dos 300 anos da Imortalidade de Zumbi, em 1995, em Brasília, e da III Conferência Mundial Contra o Racismo, em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Esses dois movimentos afluíram a discussão sobre as reparações por meio de ações afirmativas, a exemplo da política de reserva de vagas para negros – “cotas” – no ensino superior das universidades federais brasileiras, que em 2012 foi aprovada por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal; o Decreto Nº 4.887/03, que prevê o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras das comunidades dos quilombos; e a Lei 10.639/03, que prevê o enfrentamento ao racismo na educação (DOMINGUES, 2007).

### **3 AS INFLUÊNCIAS DO MOVIMENTO NEGRO NA EDUCAÇÃO**

No período do século XX evidenciam-se as lutas do Movimento no âmbito da educação e algumas conquistas foram alcançadas na educação básica como a ampliação do acesso à escola.

As questões como a discriminação do negro nos livros didáticos, a necessidade de inserção da temática racial e da História da África nos currículos, o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola, as lutas e a resistência negras, a escola como instituição reprodutora do racismo, as lutas do Movimento Negro em prol da educação começam, aos poucos, a ganhar espaço na pesquisa educacional do País [...] (BRASIL, 2001, p. 4).

Assuntos que antes eram desprezados, agora começam a ser discutidos nas pesquisas. No que diz respeito a escola, possivelmente, já ecoava o questionamento: que tipo de cidadão a escola está formando?

Segundo Gomes (s/d), na década de 80, durante o processo de abertura política e redemocratização da sociedade, assistimos uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiros. Estes passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo, os de caráter identitário trazendo um outro conjunto de discussões e novas formas de atuação e reivindicação política.

Podemos dizer, então, que até a década de 90, a luta do Movimento Negro brasileiro, no que se refere ao acesso à educação, participava de um discurso diferente, todavia, em prol da inserção da questão racial no que diz respeito às políticas públicas universais. Ainda conforme Gomes (s/d), contudo, à medida que esse movimento social foi constatando que as políticas públicas de educação pós-ditadura militar, de caráter universal, ao ser implementadas, não atendiam à grande massa da população negra e não se comprometiam com a superação do racismo, seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Possivelmente, as demandas do movimento negro a partir de então passam a afirmar, de forma mais contundente, o lugar da educação básica e superior como um direito social e, nesse sentido, como direito à diversidade étnico-racial.

O governo federal passa a criar algumas políticas públicas no combate ao racismo como: “Criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, em 27 de fevereiro de 1996. Também foi introduzido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no ano de 1997, o tema transversal Pluralidade Cultural” (GOMES, s/d, p. 5-6).

O tema transversal Pluralidade Cultural que foi introduzido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), refere-se ao conhecimento e valorização da cultura e das características de diversos grupos sociais, buscando acabar com o preconceito e a discriminação existentes sobre alguns grupos, o mesmo, deve ser tratado e trabalhado no contexto educacional. É importante ressaltar que, diferenças sociais não é a mesma coisa que desigualdade social, considerando o primeiro como os costumes, valores e modo de viver de cada grupo social, e o segundo referindo-se a dominação, discriminação e exclusão de um grupo sobre outro (BRASIL, 2001).

Sabemos que no espaço escolar, assim como, em outros espaços sociais, podemos observar discriminações de todo tipo, socioeconômica, étnica e cultural provocadas por professores, funcionários e alunos gerando sofrimento por parte do discriminado, vale lembrar que esse não é um caso isolado de apenas uma região, mas um caso que ocorre globalmente.

A cultura e história desses sujeitos, que muitas vezes são marginalizados na sociedade, também são refletidas e reproduzidas conseqüentemente no contexto escolar. Parece que as

vezes, a escola e professores não levam em consideração as diferenças existentes entre os alunos, os que são provenientes de classes menos favorecidas ou de grupos sociais discriminados são taxados como aqueles que não possuem um bom desempenho, gerando a desvalorização dos mesmos. Para tentar promover uma mudança social e cultural dessa visão de inferiorização dos povos afro-brasileiros, estes povos continuam sua luta, buscando promover a diversidade social, histórica e cultural de forma construtiva em nosso país. Seria outra forma de combater este tipo de preconceito vivido na escola, o oferecimento de formações voltadas para o tema da Diversidade Cultural?

No ano de 2003 a Lei nº 10.639 torna obrigatório à implementação da História e Cultura da África e dos africanos nos currículos escolares (BRASIL, 2003). Esta lei alterou os artigos 26-A e 79-B, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, passando a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003. n.p.).

Com avanços e limites a Lei 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) possibilitaram uma inflexão na educação brasileira. Elas fazem parte de uma modalidade de política até então pouco adotada pelo Estado brasileiro e pelo próprio MEC. São políticas de ação afirmativa voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras reivindicadas pelo Movimento Negro e demais movimentos sociais partícipes da luta antirracista. Há necessidade de introduzir a temática sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar a partir da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade trabalhando-a, assim, de forma que haja envolvimento da escola como um todo, envolvendo também a comunidade extraescolar. Segundo os PCN, Brasil (2001), é de extrema importância que em situações de ensino sejam consideradas as contribuições significativas de culturas que não tiveram hegemonia política e, também, que seja realizado um trabalho que busca explicar, entender e conviver com procedimentos, técnicas e habilidades matemáticas desenvolvidas no entorno sociocultural próprio a certos grupos

sociais. A Lei 10.639/03 ao abordar sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana abre espaço para que as diversidades culturais oriundas da comunidade negra do Brasil sejam incluídas nas propostas curriculares das instituições de ensino das redes pública e privadas. Com a Lei 10.639/03, o artigo 26-A da LDB passa a estabelecer “[...] particularmente no ensino de História do Brasil - o respeito aos valores culturais na Educação e o repúdio ao racismo, na medida em que determina o estudo das contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo Brasileiro. Assim, a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana definiu as:

[...] orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e tem por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo á construção nação democrática (BRASIL, 2004, p.31).

A Lei 10.639/03 e suas diretrizes precisam ser compreendidas dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica em inserir a questão racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional da Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão da escola e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais coerente. Essa legislação precisa ser entendida como fruto de um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado, pois enquanto uma política de ação afirmativa ela ainda é vista com muitas reservas pelo ideário republicano brasileiro, que resiste em equacionar a diversidade. Este ideário defende políticas públicas universalistas e uma postura de neutralidade da parte do Estado. Essa situação, por si só, já revela o conflito no qual se encontram as ações, programas e projetos voltados para a garantia do direito à diversidade étnico-racial apontadas pela Lei 10.639/03, no Brasil. Embora tenhamos a conquista da obrigatoriedade desta lei, podemos ainda perceber que em muitos espaços educacionais ela não tem sido de fato posta em prática. Esta realidade expõe uma grande dificuldade para todo o ideário do Movimento Negro nos dias atuais em relação a educação e ao espaço escolar.

Será que o brasileiro não conhece a sua própria história? Ou conhece apenas aquilo que os brancos contam, principalmente, pelos livros didáticos que estão presentes nas escolas? E que muitas vezes escondem a verdade, ou a camuflam utilizando-se de eufemismos e mentiras, que são passadas de geração em geração? Ao atuar como professora na Educação

Básica, percebi o quanto a cicatriz do racismo está marcada na comunidade escolar, isto é, na gestão, nos professores, alunos e familiares. No cotidiano da sala de aula, é possível constatar como as pessoas desconhecem a história do negro, bem como o desdém, ao falar sobre a temática. Nas turmas pelas quais passei, observei também que as próprias crianças e professoras negras, em sua maioria, não conseguem assumir sua identidade negra, por não conhecerem sua história, ou mesmo por sofrerem uma discriminação que se apresenta em diferentes faces. Uma dessas faces do racismo presente na escola, possivelmente está expressa em alguns Livros Didáticos (LD).

Será que a história do povo negro ou do movimento negro aparece no LD? Quantos LD existem, trabalhando a questão étnico-racial de forma equivocada? Quantos professores tem se respaldado unicamente dessas fontes para trabalharem a temática em sala de aula? Será que as escolas têm de fato colocado em prática o que está previsto na Lei 10.639/03? É uma questão a ser refletida.

Estamos diante de um contexto que vai além da implementação de uma legislação que responda às demandas históricas de um movimento social. A Lei 10.639/03 faz parte das políticas de ação afirmativa. Estas têm como objetivo central a correção de desigualdades, a construção de oportunidades iguais para os grupos sociais e étnico-raciais com um comprovado histórico de exclusão e primam pelo reconhecimento e valorização da história, da cultura e da identidade desses segmentos (GOMES, 2013, p. 79).

A lei está completando 15 anos e ainda precisa ser feito diversas ações para que essa política pública realmente transforme a vida das pessoas negras, alguns avanços foram identificados, mas falta muita conscientização sobre a influência do negro na história e cultura brasileira, a escola tem um papel fundamental de desvelar a história do negro, do movimento negro, a luta contra o racismo.

Denunciar as desigualdades sofridas pela população negra é um dos grandes propósitos do Movimento Negro no Brasil. A escola deveria ser um veículo eficaz na conscientização sobre a realidade do negro. Por meio da educação, é possível formar as futuras gerações, para combater o racismo e aprender a respeitar as diferenças, como vimos com Mandela, aprender a amar.

Para tanto, precisa se investir mais na formação docente, na universidade, a formação inicial, como na formação continuada, para aqueles docentes que já estão em serviço, pois sem conhecer a história do negro escravizado, mas guerreiro que lutou pela liberdade, pela dignidade, pela cidadania não vai haver mudanças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Brasil é marcada por escravidão, autoritarismo e exclusão, principalmente no que diz respeito ao afro-brasileiro. Em meio a lutas, sofrimentos e resistência, o povo negro conseguiu conquistar e garantir sua dignidade e seus direitos, embora muito ainda precise ser feito. O Movimento Negro e suas articulações ao longo do tempo se constituíram motivos indispensáveis para a realização de tudo o que foi conquistado, isto é, leis, estatutos e declarações que expõem os negros, antes de tudo como seres humanos e cidadãos de direitos. Na educação obtiveram também avanços significativos no que diz respeito a sua imagem e valorização. Atualmente, podemos ver um maior acesso à educação por parte do povo negro, sobretudo nas universidades do país.

Mesmo com tantas conquistas, ainda é possível observar no Brasil, uma lamentável marca de um erro histórico, chamada racismo e a desvalorização e depredação da imagem do negro. É preciso educar para o fortalecimento de uma cultura que supere o racismo, e que valorize a ancestralidade de seu povo. Embora já tenham se passado alguns anos desde a promulgação da lei 10.639/03, parece que ainda há uma série de questionamentos que devem ser feitos: 1) O tema tem sido tratado com a devida importância em muitas instituições de ensino superior que formam professores? 2) Será que nas escolas, os educadores têm formação sobre o assunto ou envolvimento com a causa? Será que a aplicação da lei ocorre amplamente ou se restringe a iniciativas individuais ou de pequenos grupos? 3) Como o poder público está garantindo a formação continuada de educadores nos temas tratados na lei? 4) Na prática, o poder público exige das instituições de ensino a aplicabilidade da lei?

Tais questões nos fazem refletir sobre a timidez (ou má vontade) com a qual ainda são tratadas as políticas públicas de combate ao racismo, o que sugere a necessidade de novos estudos e pesquisas relacionados às estas temáticas.

Sem perder de vista, estes e outros questionamentos que são colocados quando pensamos na distância existente entre a teoria e a prática da lei 10.639/03, podemos considerar que sua promulgação representa um passo importante na luta contra o racismo. Na medida em que esta lei altera as Diretrizes e Bases da educação nacional, seus conteúdos devem ser tratados para além das demandas dos negros, embora, estes sejam os protagonistas desta luta.

A lei está fazendo 15 anos e nos desafia a trabalhar de forma que ela seja mais conhecida, divulgada e discutida, tanto nos cursos de formação docente, na formação inicial, como junto aos professores que já estão em serviço, na formação continuada, favorecendo que novos projetos sejam desenvolvidos nas escolas.

A lei 10.639/2003 pode ser considerada um instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, visto que ela desafia a todos negros e não negros a conhecer a história de luta de um povo, a cultura que foi influenciada por esse povo negro e a dívida histórica que gerou o processo de desigualdade social, isto é, as questões materiais como a concentração das riquezas. A implementação desta lei diz respeito a todos os brasileiros, na medida em que visa, através da educação, formar uma consciência antirracista e, porventura, transformar o mito da democracia racial em realidade.

Ao me dedicar a estudar essa temática, pude perceber o quão importante é para nós educadores conhecermos e valorizarmos a história do negro no Brasil, bem como, sua resistência e conquistas através do Movimento Negro, que fizeram e fazem parte da história de todos nós brasileiros. Ajuda-nos a termos esta missão: educar para a igualdade, em meio as nossas diferenças. Corrigir um terrível erro histórico, com a lamentável herança do racismo, também está em nossas mãos, educadores, e educadoras desse país.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BOSCHILIA, Roseli; BUENO, Wilma de Lara. **Para gostar de História: história do meu país História 4 série**. Ilustrado por Nilson Sampaio – Curitiba: Base Editora, 2005. 112p. Il.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. [s.n.]: Paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>> Acesso em: 21.04.2018.

DOMINGUES, Petrônio. **Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antiracismo no Brasil**. In: PEREIRA, Amauri Mendes e SILVA, Joselina da. (Orgs). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 17-48.

FREITAS, Madalena Dias Silva. **Refletir sobre a história do negro no Brasil: uma resposta ao racismo**. Iporá: 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil, s/d.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03.** In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. (org.) **Multiculturalismo. Diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MELO, Margareth Maria de. **Gerando eus, tecendo redes e trançando nós: ditos e não ditos das professoras e estudantes negras nos cotidianos do Curso de Pedagogia.** Tese de Doutorado. UERJ, 2012.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. **Abolição no Brasil: A Construção da Liberdade.** **Revista HISTEDBR** On-line: Campinas, 2009. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07\\_36.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf)> Acesso em: 21.04.2017.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova, n.17, p. 49- 66, jun., 1989.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Trajetórias do Movimento Negro e ação afirmativa no Brasil.** In: Cadernos Penesb – **Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** – FEUFF (n. 10), 2010. Rio de Janeiro/Niterói – EdUFF 2010.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, de que emana toda a fonte de sabedoria, perfeição e graça! A Ele seja dado todo o mérito, honras e louvor.

Ao meu amado esposo, que com amor, paciência e dedicação, auxiliou-me em toda a minha jornada, dando-me forças e ânimo para continuar seguindo em frente.

À minha querida e amada filha, fonte da minha inspiração.

À minha tão amada mãe, que fez por mim aquilo que mais ninguém na terra poderia fazer, sendo a cada dia dessa árdua caminhada, uma prova viva do cuidado de Deus em minha vida. Incentivando-me, ajudando-me em cada detalhe.

Ao meu amado pai, que me ensinou a lutar por meus ideais e jamais desistir diante das dificuldades. Serás sempre o meu exemplo!

À toda a minha família, meu elo infinito de amor e carinho.

À minha querida orientadora, que esteve presente durante todo o meu curso, e também agora em sua conclusão, sempre me ensinando valiosas lições que levarei para a vida.

Aos meus colegas de turma, amigos leais! Em especial a vocês: Dieska, Renata, Aliane e Flávia, pelo companheirismo e auxílio quando mais precisei.

A todos os queridos professores, pois em cada linha aqui escrita, carrego um pouco dos ensinamentos de vocês.

A todos os funcionários da UEPB, pela presteza ao longo do curso.